

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
18 de dezembro de 2014

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, DONISETTE BRAGA; e de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Ausente o Prefeito de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. Ausente o assessor regional de Diadema.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Dando início à reunião, informa a inclusão da pauta sobre o reajuste das tarifas de transportes públicos. Informa que o Consórcio promoveu reunião entre os secretários municipais de transporte, no dia 17/12 e além disso, na semana passada conversou com o Prefeito Fernando Haddad, do município de São Paulo, sobre o debate. Relata que no ano passado fomos mal entendidos pelo atraso do reajuste, e a repercussão foi de que não se sabia qual seria o aumento. Foi feito o reajuste, depois se retirou o impacto do PIS/COFINS e em julho retiramos os R\$ 0,20 adicionados nas tarifas. Isto posto, algumas cidades tiveram que lançar mão do aumento do subsídio, como em São Bernardo do Campo, para viabilizar a gratuidade dos aposentados, idosos e estudantes. Com o aumento do subsídio em R\$ 0,20 elevou-se para cerca de R\$ 1 milhão/mês o valor do subsídio. Sendo assim, pediu para os técnicos da Secretaria de Transportes de São Bernardo do Campo calcularem o impacto financeiro e um possível reajuste na tarifa. Diz que ainda não conversou com as concessionárias, mas sabe-se que estariam reivindicando R\$ 3,68. Os cálculos do município indicam a possibilidade de reincorporar na tarifa os R\$ 0,20 e acompanhar a tarifa de São Paulo, que está negociando a concessão de passe livre totalmente gratuito para os estudantes inseridos no PROUNI e de toda a rede pública. Pelos cálculos preliminares a tarifa passaria para R\$ 3,43 arredondando-se para R\$ 3,40. Informa que São Paulo tende a fechar com R\$ 3,40, sendo evidente que não poderia haver uma tarifa maior na região. Declara que deveríamos criar um processo para no futuro implantar um bilhete único regional, de forma integrada, beneficiando os passageiros e estimulando o uso do transporte público, dando início ao processo de integração metropolitana. O Prefeito Donisete Braga propõe fazer uma avaliação do total de usuários transportados no Grande ABC; lembra que nosso reajuste é bienal, ao contrário de São Paulo, mas não descarta a necessidade de um novo reajuste no próximo ano. Em Mauá não existe subsídio, e cabe levar isso em consideração. O Presidente Luiz Marinho afirma que o ideal seria que a

tarifa fosse única em todos os municípios. O Prefeito Carlos Grana acha que a gratuidade tem que ser para todos os estudantes, independentemente se for rede pública ou privada. O Presidente propõe fazer uma concessão de 100%, desde que considerando um limite de renda. O Prefeito Carlos Grana rebate dizendo que muitos estudantes de escola privada têm uma renda apertada, por isso é a favor de um atendimento universal para todos os estudantes, ou meia ou 100%, sem separar o que é estudante de escola pública ou privada, considerando que independente disso há um custo por parte do estudante. Sugere caminhar para uma tarifa mais cheia durante os próximos dois anos para atender a todos os estudantes. O Prefeito Lauro Michels diz que isso gerou um problema em seu município, devido à concessão de benefício para pessoas com renda mínima de R\$ 750,00, sendo que quem ganha R\$ 800,00 não tem direito ao benefício, mas a diferença não altera muito a classe social da pessoa e isso causa um conflito entre as pessoas. Pensa que devemos manter os 50% da gratuidade estudantil, pois Diadema não tem condição de arcar com nenhum tipo de subsídio adicional, uma vez que tem uma realidade diferente dos outros municípios. O Presidente fala que o grande problema é reajustar esse ano e no próximo ano novamente. De acordo com o estudo de impacto financeiro realizado pelo município de São Bernardo, cabe o reajuste de R\$ 3,43, arredondando para R\$ 3,40 com a gratuidade para todos os estudantes. O Prefeito Carlos Grana concorda. O Prefeito Lauro não concorda, alegando que não tem condições de subsidiar esse valor, pois a sua realidade é outra e não pode se comparar com São Paulo e com os outros municípios do ABC. O Prefeito Gabriel Maranhão fala que é preciso haver uma discussão em cima de índices, com argumentos técnicos e correspondentes cálculos numéricos. O Prefeito Donisete Braga sugere uma nova discussão na próxima segunda-feira, dia 22, assim todos realizariam a uma discussão junto às empresas concessionárias de transportes, argumentando todos os pontos destacados nessa reunião, considerando a possível tarifa de R\$ 3,40 com 100% de gratuidade para os estudantes. Deliberação: foi convocada uma reunião extraordinária para próxima segunda-feira, dia 22/12, às 9h, exclusivamente para tratar desse ponto.

Dando sequência, o Secretário Executivo Luis Paulo Bresciani, retoma a pauta a partir do PAC Mobilidade: situação dos encaminhamentos com a Caixa. A coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida informa que pedimos a prorrogação da cláusula suspensiva e na próxima terça-feira teremos uma discussão coletiva para finalizar toda a documentação. Destaca a exceção de Rio Grande da Serra, que está com toda a documentação entregue e a licitação em andamento.

Linha 18 do Metrô: nomenclatura das estações. A Sra. Sandra Malvese, técnica da Diretoria de Programas e Projetos, informa que na pasta entregue aos Prefeitos consta o material com propostas sobre a nomenclatura das estações, sugerindo-se alterações de algumas denominações, relatadas também verbalmente na Assembleia. Informa que foram feitas várias reuniões técnicas entre os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André, cabendo encaminhar ao Metrô essa nova proposta. Deliberação: todos os Prefeitos aprovaram a proposta de alteração e o envio do documento ao Metrô.

Dando sequência, inicia-se a apresentação da proposta de financiamento do BNDES para o Data Center Regional, elaborada e previamente aprovada pelo GT BANDA LARGA com o aval da Secretaria Executiva do Consórcio. O Secretário

Executivo informa que na vinda do Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, fizemos um documento com desdobramentos e encaminhamentos necessários à concretização dos avanços indispensáveis à cooperação institucional entre o Consórcio e BNDES. Uma das propostas seria a implantação do Centro Regional de Dados e Informações (CRDI) em âmbito regional com o enquadramento no PMAT (programa de modernização da administração tributária), como forma para avançar a discussão sobre o financiamento aos consórcios públicos, registrando o apoio da Secretaria de Administração de São Bernardo do Campo nessa proposição, através do secretário municipal Augusto Pereira, também presente. O GT Banda Larga trabalhou junto com a Diretoria de Projetos e formatou uma proposta com condição de ser enquadrada no PMAT/BNDES. A ideia nessa reunião é apresentar o estágio do trabalho e solicitar autorização da Assembléia para prosseguir com a proposta ou não. Com a palavra, o coordenador do GT Banda Larga, Sr. Aparecido Donizetti da Costa (Santo André), lembra que o projeto foi discutido e aprovado pelo GT Banda Larga e justifica a ausência do Sr. Giovanni Narezi (São Bernardo do Campo), que esteve à frente dessa elaboração desde o início, por razões de saúde. Informa que o projeto conta com duas ações principais: a Estruturação do Centro Intermunicipal de Tecnologia da Informação e Comunicação CITIC da Região do Grande ABC, implicando na construção de instalações física e da rede lógica, com aquisição de equipamentos, licenças, serviço de comissionamento, migração e sustentação por 24 meses. Nesta ação estão inclusas as obras civis de construção do prédio com os sistemas de segurança, monitoramento de temperatura, umidade, controle de acesso, monitoramento, instalações de storage, servidores, switches, licenças de sistemas e softwares juntamente com os serviços técnicos especializados necessários para implantação e customização do CITIC. Além disso, o projeto contempla a construção da Infovia de Dados interligando os 7 municípios, com backbones de 10 Gpbs. O Projeto da Rede Ótica (Infovia de Dados) consiste em um sistema voltado à Integração da Comunicação de Dados e que inclui basicamente a Interligação de pontos de interconexão dentro dos municípios. Nesta ação serão implementados 300 Km de infovia de dados interligando os municípios e o CITIC. O objetivo principal da proposta seria o fortalecimento das capacidades tecnológicas para suportar sistemas da administração tributária e da gestão pública dos serviços sociais básicos, demais ações de natureza fiscal, da saúde e da educação e otimização da aplicação dos recursos. Verificou-se a necessidade de viabilização de projetos e iniciativas regionais dependentes do uso de recursos integrados de tecnologia da informação. Foi feito um levantamento e chegou-se a uma estimativa de custos assim distribuída: Obras civis e instalações R\$ 32.825.243,30; Aquisição de equipamentos R\$ 25.875.000,00; Serviços técnicos especializados de implantação e customização R\$ 15.120.000,00; Implantação de Infovia de Dados R\$ 15.000.000,00; Total do investimento: R\$ 88.820.243,30. Desse total um valor de R\$ 79.938.218,97 corresponde ao pedido de financiamento pelo BNDES e os outros R\$ 8.882.024,33 correspondem à contrapartida com recursos próprios pagos na medida da execução do projeto. Baseado nos repasses dos municípios, caso demandasse recurso adicional dos municípios, a distribuição seria: Santo André R\$ 16.834.988,92; São Bernardo do Campo R\$ 31.119.948,65; São Caetano do Sul R\$ 9.792.431,82; Diadema R\$ 10.575.826,37; Mauá R\$ 8.561.383,25; Ribeirão Pires R\$ 2.334.195,99 e Rio Grande da Serra R\$ 719.443,97. O valor das

contrapartidas correspondentes: Santo André R\$ 1.870.554,32; São Bernardo do Campo R\$ 3.457.772,07; São Caetano do Sul R\$ 1.088.047,98; Diadema R\$ 1.175.091,82; Mauá R\$ 951.264,81; Ribeirão Pires R\$ 259.355,11 e Rio Grande da Serra R\$ 79.938,22. A operação de crédito pode ser contratada observando-se dois conjuntos de normas e condições, para operações com valores: a) Custo Financeiro (Taxa de Juros de Longo Prazo) de 5%; b) Taxa de Juros de 4% a.a. Limite Financiável Até 90% dos itens financiáveis. Prazo total de 96 meses para a operação, incluído o prazo de carência de até 24 meses. A estimativa anual de custeio a partir do terceiro ano é de R\$ R\$ 10.890.000,00. O Secretário Executivo informa que esse valor pode ser compreendido de duas formas: a primeira seria entendê-lo já inserido nos orçamentos futuros do Consorcio, e de 2017 em diante teríamos o comprometimento da ordem de R\$ 10 milhões/ano. Outra opção seria um acréscimo do contrato de rateio para suportar a operação, para além do patamar de R\$ 33 milhões anuais de orçamento próprio, que vigora a partir de 2015. Ressalta que a proposta contempla o cenário técnico ideal apontado pelo GT Banda Larga e Secretaria Executiva e portanto submetemos `a Assembléia para definir se avançamos ou não com esse material, visando iniciar as discussões de garantias com o BNDES. Deliberação: os prefeitos ressaltaram a relevância da iniciativa e as oportunidades que poderão ser abertas pelo CITIC regional, e aprovaram a apresentação da proposta preliminar ao BNDES no menor prazo possível.

O ponto seguinte da pauta destacou a PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DE CALENDÁRIO DE PONTES E FERIADOS. O Secretário Executivo inicia informando que na pasta segue a minuta de portaria com o calendário do Consórcio para 2015, e a sugestão é de um calendário único em que todos os municípios aprovelem igualmente as pontes de feriados. Deliberação: após a discussão sobre a pertinência da proposta, o feriado de 28/10 (dia do funcionário publico), foi transferido para o dia 30/10 (sexta-feira seguinte), recomendando-se a todos os municípios seguirem esse calendário com a inclusão dos respectivos aniversários de fundação.

Dando sequencia ocorreu a apresentação da proposta de convênio com o São Paulo Convention & Visitors Bureau. O Secretário Executivo lembra que algumas cidades da região já são filiadas `aquela entidade, e a proposta vai na direção de ampliar a visibilidade da região. Com a palavra, o coordenador do GT Turismo, Marcelo Liochi (Ribeirão Pires) fala sobre a proposta do Termo de Cooperação Mútua com a Fundação 25 De Janeiro – São Paulo Convention & Visitors Bureau, que oferece apoio institucional e utilização do logotipo SPCVB para apoio em materiais e peças promocionais; disponibilidade do mailing dos contatos efetuados pelo SPCVB, em feiras do trade, nacionais e internacionais, possibilitando efetuar suas ações; divulgação e inserção do nome do associado no site www.visitesaopaulo.com com link para o site do associado; disponibilidade do banner/agenda de eventos do SPCVB no site do associado; envio de periódicos impressos e informativos eletrônicos como agenda das principais eventos, notícias da imprensa, link de oportunidades entre associados e indicadores, boletim com as principais atividades do SPCVB e a relação dos eventos apoiados e captados no período e folder das empresas associadas por segmento. O convenio não tem custo algum para o Consorcio, mas em contrapartida ofereceríamos: 1 - Participar de reuniões do GT Turismo em pautas específicas de interesse mútuo. 2 - Disponibilizar o banner/agenda do SPCVB no site ABCTUR. 3 - Divulgar/inserir o link do SPCVB no

site www.turismoabc.com.br. 4 - Disponibilizar os periódicos e impressos nos eventos ABCTUR. 5 - Divulgação de eventos do SPCVB na região ao mailing do Consórcio. 6 - Cooperação institucional e uso logo Consórcio em ações conjuntas aprovadas pela Secretaria Executiva da entidade. 7 - Encaminhar o calendário de eventos para divulgação pelo SPCVB. O prazo de vigência é indeterminado e não há custo para o Consórcio, como informado anteriormente. Deliberação: a minuta foi aprovada por todos os Prefeitos, devendo ocorrer a tramitação dos documentos para a assinatura do convenio.

A seguir inicia-se a APRESENTAÇÃO DO NOVO REPRESENTANTE REGIONAL DAS DEFESAS CIVIS – CAPITÃO VAGNER, que vem acompanhado pelo Major Toler. Esse declara que está como comandante interino do 8º batalhão dos bombeiros em virtude do afastamento do Coronel Alboredo, mas que em janeiro haverá uma nova indicação de um comandante geral. O motivo da sua presença é reiterar o interesse do Corpo de Bombeiros em fazer parcerias para a prevenção de incêndios e emergências. Informa também que foram aprovadas novas atribuições para o Corpo de Bombeiros, como o poder de polícia e atribuições ligadas com a Defesa Civil. O capitão Wagner é o novo Coordenador de Defesa Civil na região do Grande ABC. Com a palavra, o capitão Wagner se apresenta e fala que as demandas de Defesa Civil tem caminhado muito e pretende reafirmar o compromisso da instituição na parceria já existente junto ao Consórcio. Encerra colocando-se à disposição para os possíveis avanços que devam ocorrer ao longo de 2015.

Na sequência, o Secretário Executivo apresenta a PROPOSIÇÃO DOS COMITÊS DE PROGRAMAS PARA DETALHAMENTO DO PPA REGIONAL 2015/17. O Secretário Executivo informa brevemente que após o segundo turno iniciamos o detalhamento do PPA Regional junto com os Comitês de Programa, olhando para os próximos 3 anos com as propostas de alocações de recurso. No material da pasta temos a proposta dos comitês de programa para cada um dos 10 programas e no próximo dia 23/12, os secretários de planejamento irão apreciar o material para que a Assembléia de janeiro delibere sobre a aprovação final do material.

O último ponto de pauta foi a APROVAÇÃO DOS TERMOS DE PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PENDENTES, relativos a 2014. O Secretário Executivo informa a necessidade de aprovação do referido parcelamento, como determina o estatuto e a Lei de Consórcios, para todos os municípios com exceção de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, que se encontram com os repasses em dia. Informa que foram assinados por todos os Prefeitos, com os valores devidos parcelados em 12 meses e o orçamento do Consórcio para 2015 deverá considerar esse valor também. Na sequência os documentos serão encaminhados para as secretarias de finanças com cópia para os gabinetes. Além disso vamos encaminhar os contratos de programa e rateio para 2015, válidos a partir de janeiro, lembrando que foram unificados os repasses dos municípios em um único valor no respectivo contrato de rateio, passando a vigorar um único repasse mensal, simplificando assim o procedimento anterior.

INFORMES E AGENDA FUTURA

1. Partilha dos Recursos do ISS Grupo Santa Helena: informada a ratificação do pacto de partilha e o levantamento dos recursos pelos respectivos procuradores municipais;

2. Remoção de moradias nas áreas de risco iminente: informado o quadro atual de remoções, bem como a passagem do prazo para pactuação de novas soluções habitacionais junto à Secretaria Estadual, no último dia 30/11;
3. Próxima Assembleia Geral: confirmada para o dia 12 de janeiro de 2015, às 9h, com a eleição do Presidente e Vice-presidente do Consórcio.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembleia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 18 de dezembro de 2014.

Prefeitos signatários, presentes na 57ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 57ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.